

**NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE, EDUCAÇÃO E SAÚDE, DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, CAMPUS VIII – MARABÁ**

Mírian Rosa Pereira<sup>1</sup>

Universidade do Estado do Pará

Terezinha Sirley Ribeiro Sousa<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Pará

Eixo temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência  
e Qualidade Social.

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo descrever as ações de criação e atuação do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde (NAES), da Universidade do Estado do Pará (UEPA) Campus VIII – Marabá. As experiências estão pautadas em ações de compromisso institucional em prol da permanência dos alunos com deficiência nos cursos de graduação, no desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão na perspectiva inclusiva e nas colaborações juntos aos órgãos de defesa de direitos. O material e o método escolhidos fazem parte da abordagem qualitativa e fundamentados em uma descrição analítica, tendo como fonte de dados os documentos da série histórica dos anos de 2011 até 2019. A discussão está organizada em dois eixos de sentidos, que inicia com a criação do NAES e da continuidade das ações concretizadas em prol da inclusão no ensino superior e dos direitos dos alunos com deficiência. Os avanços foram perceptíveis no momento que as pessoas com deficiência ingressaram nos cursos de graduação e gerou provocações diante da necessidade de modificações das estruturas pedagógicas, físicas e atitudinais, bem como, novas medidas foram experimentadas como prática voltada para inclusão escolar. Por fim, no Campus VIII, da UEPA, houve a criação e perpetuação do NAES como um espaço que faz parte do organograma institucional e com quatro linhas de atuação e com o entendimento que a luta pela inclusão no ensino superior público permanece de maneira justa e necessária. Uma vez que o ingresso em um curso de graduação não é o suficiente para que ocorra a inclusão em uma instituição educacional.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Ensino Superior; Inclusão Educacional.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirian-pereira@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UFPA), Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: terezinhasirleyribeirosousa@gmail.com.br

## **1 INTRODUÇÃO**

A Universidade do Estado do Pará tem como missão “Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UEPA, 2010). De tal modo, tem produzido conhecimento e socializado através de práticas de ensino, pesquisa e extensão com a perspectiva de melhorar as condições das pessoas em diferentes aspectos da vida em sociedade e do desenvolvimento do estado e das regiões do território paraense. Neste contexto, o Campus VIII - Marabá tem desempenhado suas ações que vão ao encontro desta missão institucional.

É nessa perspectiva que o presente artigo apresenta as primeiras experiências construídas em prol da inclusão e acessibilidade no ensino superior para os graduandos com deficiência visual, as quais resultaram na criação e perpetuação do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde (NAES).

A discussão está organizada de modo que permeiam dois eixos de sentidos: ações que desencadearam na criação do NAES e das ações de atuação em prol da inclusão no ensino superior e dos direitos das pessoas com deficiência. A relevância desta pesquisa está em sistematizar informações sobre a implementação de ações de política de acessibilidade na Universidade do Estado do Pará, Campus VIII – Marabá.

## **2. A INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO GARANTIA DE DIREITO E COMPROMISSO SOCIAL**

A inclusão escolar exige de todas as instituições de ensino que efetivem o compromisso pela garantia a educação às pessoas com deficiência. Assim sendo, resulta em novas práticas e avanços voltados para universalidade do acesso e permanência no processo de escolarização. No entanto, a equiparação de oportunidades permanece como desafio e prioridade para políticas públicas educacionais.

A saber que a inclusão como movimento social não é algo novo e nem recente, pois teve início nos países desenvolvidos ainda no século XX e amparada em diferentes tratados e declarações internacionais, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que constituiu o direito à educação para todos os seres humanos. E a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia em 1990, momento que houve igualmente a discussão do propósito universal e na elaboração de planos de ações para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas.

Contudo, o acontecimento internacional que resultou em maior repercussão foram os princípios ideários da Declaração de Salamanca de 1994, que novamente reafirmou o compromisso com a educação para todos e expôs ações aos governos para discussão e efetivação de medidas pautada na concepção de dignidade humana e no respeito aos direitos humanos. Ainda na mesma direção, a Declaração de Guatemala de 1999, reconheceu que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais em relação as demais pessoas.

No contexto brasileiro, a inclusão escolar voltada para pessoas com deficiência está regulamentada em diferentes documentos oficiais, como leis em nível federal, estadual e municipal, decretos, pareceres e outros textos legais. Vale ressaltar, que esse amparo está fundamentado desde a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, em seu artigo 205, que estabelece “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Lei Nº 8069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reitera o direito das pessoas com deficiência.

Considerando a legislação da educação brasileira como a Lei nº 9394/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Lei nº. 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a Resolução nº. 02/2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, a Lei nº. 13.146/2016, Lei Brasileira de Inclusão e dentre os outros documentos oficiais temos a garantia dos preceitos da educação

inclusiva, que invoca o compromisso de repensar e estabelecer medidas em prol da educação das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação escolar brasileira, básica e superior.

Entretanto, as pessoas com deficiência vivenciam a exclusão em diferentes aspectos na vida em sociedade, dentre eles, destaca-se a escola que ainda não superou a prática de violação dos direitos. Nessa mesma direção, as instituições de ensino superior também têm fundamentada suas práticas. Porém, o que tem marcado e provocado mudanças é quando a pessoa com deficiência está presente, que acaba por requer e tornar perceptível a necessidade de oferecer as mesmas oportunidades e participação como os demais sujeitos.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo é de abordagem qualitativa, fundamentada em descrição analítica, tendo como fonte os documentos do período de 2011 até 2019. Com intuito de descrever as experiências que originaram a criação e permeiam a atuação do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde, do Campus VIII – Marabá, da Universidade do Estado do Pará. A discussão está organizada em dois eixos de sentidos: criação do NAES e as ações concretizadas em prol da inclusão no ensino superior e dos direitos das pessoas com deficiência.

### **4 DISCUSSÕES E RESULTADOS**

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi criada no ano de 1993 a partir da fusão de faculdades estaduais de Enfermagem, Medicina, Educação Física e Educação, conseqüentemente, constituiu-se em uma instituição de ensino superior pública estadual e presente em dez das doze regiões de integração do estado do Pará, sendo cinco *campi* na capital de Belém e quinze nos municípios do território paraense, como: Paragominas, Conceição do Araguaia, Marabá, Altamira, Igarapé-Açu, São Miguel do Guamá, Santarém, Tucuruí, Moju, Redenção, Barcarena, Vigia de Nazaré, Cametá, Salvaterra e Castanhal. Conta com mais de dezesseis mil alunos matriculados nos trinta e um cursos de graduação e nas pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com

execução de projetos e ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão nas áreas da Saúde, da Educação e da Tecnologia.

Este estudo refere-se ao Campus VIII, que está localizado em Marabá e foi criado em 18 de maio de 1993, o mesmo tem uma importante contribuição com a ampla atuação da UEPA e para o desenvolvimento econômico e social da região sul e sudeste do Pará, pois contempla a formação acadêmica por meio da oferta de cursos superiores nas áreas da educação, saúde, e das engenharias em mais de vinte municípios abrangentes do sudeste paraense.

Foi ainda em 1993 que a UEPA criou o Campus Universitário de Marabá, no sudeste paraense, a 555 quilômetros da capital, ofertando, inicialmente, os cursos de Enfermagem e de Licenciatura em Educação Física. Como não contava com um espaço próprio, as aulas ocorriam nas dependências do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mais tarde, com sede própria, foi implantado os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais (Física, Química e Biologia), Engenharia Ambiental, Matemática, entre outros. Atualmente a instituição oferta além dos já citados, os cursos de Medicina, Biomedicina, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Tecnologia de Alimentos, Letras-Libras e Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Escolar Indígena para as étnicas Akrätikatêjê, Parkatêjê, Kyikatêjê e SuruíAikewara. Possui, atualmente 714 estudantes matriculados. Entre os anos de 2010 e 2015 foram ofertados os cursos de licenciatura em Geografia, Educação Física, Letras, Pedagogia e Matemática ligados ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e à Universidade Aberta do Brasil (UAB) quando foi possível formar 215 novos educadores (PEREIRA et al, 2019, p. 1306).

Além disso, o referido Campus tem sido parceiro de diversas instituições públicas e privadas e também de movimentos sociais. Desde a sua criação até o ano de 2019 já possibilitou que mil e duzentas e setenta e quatro pessoas concluísse um curso de graduação em diferentes áreas. A tabela apresenta o detalhamento dessas formações concluídas.

Quadro 1: Relação nominal dos cursos ofertados com o respectivo total de concluintes

<b>Curso de graduação</b>	<b>Ano de início primeira turma</b>	<b>Total de Concluinte</b>
Biomedicina	2012	28
Enfermagem	1993	32
Engenharia Ambiental	2001	210
Engenharia de Produção	2011	108
Engenharia Florestal	2012	48
Lic. Formação de Professores	1998	39
Lic. Plena em Ciências Naturais	1999	144
Lic. Plena em Ciências Naturais - Biologia	2008	42

Lic. Plena em Ciências Naturais - Biologia - PARFOR	2010	16
Lic. Plena em Ciências Naturais - Física	2007	11
Lic. Plena em Ciências Naturais - Química	2009	63
Lic. Plena em Educação Física	1993	66
Lic. Plena em Educação Física – PARFOR	2010	61
Lic. Plena em Geografia – PARFOR	2010	16
Lic. Plena em Intercultural Indígena	2012	52
Lic. Plena em Letras – Língua Portuguesa - PARFOR	2010	21
Lic. Plena em Matemática	2010	17
Lic. Plena em Matemática – PARFOR	2010	20
Lic. Plena em Pedagogia – PARFOR	2010	23
Medicina	2013	32
Tecnologia de Alimentos	2011	40
Tecnologia Agroindustrial	2000	185

Fonte: Coordenação de Registro e Controle Acadêmico, Campus VIII – Marabá (2020).

No ano de 2009, ocorreu a primeira matrícula de um aluno com deficiência visual (cego), no curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais com Habilitação em Química, ainda não havia nenhum tipo de matrícula de pessoa com deficiência na instituição, sendo o primeiro ingresso. Em seguida, ano de 2010, houve a matrícula de um aluno com baixa-visão no curso de Licenciatura Plena em Matemática. E posterior, uma matrícula de um aluno com deficiência física no curso de biomedicina, no entanto, ele desistiu da vaga, pois optou por outro curso de ensino superior em outra instituição.

Esta realidade institucional foi caracterizada como novidade e desafiante, pois não havia no Campus nenhum profissional especializado com lotação na área da educação especial para atender as especificidades dos alunos com deficiência e os seus professores não sabiam lidar com a situação vivenciadas por eles em sala de aula (PEREIRA et al, 2017).

Os acadêmicos com deficiência no momento do seu ingresso enfrentaram dificuldades devido à falta de estrutura pedagógica. Santana e Pereira (2019) mencionam que o primeiro aluno com deficiência visual sentiu-se prejudicado em acompanhar os conteúdos no momento das aulas, pois não tinha adaptações, somente os demais alunos tinham a oportunidade de acesso aos materiais disponibilizados pelos professores. Além disso, ausência de formação dos professores na área da educação especial provoca limitação nos

momentos de adequar os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e nas práticas de ensino que não envolviam o aluno.

A maioria dos docentes que ministram aulas para os cursos existentes do Campus vem da capital Belém, sendo o reflexo da política estadual de ensino superior para o interior do estado do Pará. Dentre as situações ocorridas que apenas no início das aulas das disciplinas os professores eram informados ou diante da presença dos alunos com deficiência visual que ficavam cientes da presença deles, ou seja, havia um estranhamento, logo, alegavam que não tinham formação específica para atendê-los.

Diante desses limites, a universidade com objetivo de dar suporte aos alunos com deficiência visual contratou uma técnica com formação e experiência na área da educação especial para garantir o acompanhamento especializado e produção de materiais acessíveis. De acordo com Santana e Pereira (2019) tal medida foi importante para permanência e conclusão do curso, conforme o depoimento do aluno a seguir.

Bom, na época foi contratada uma técnica especialista para fazer o acompanhamento tanto meu quanto do outro aluno com deficiência visual e fazer adaptações dos materiais didáticos. Como falei, não havia literatura na área de química em braille. Então o que foi feito foi a produção na universidade, desenvolvido na universidade mesmo, materiais acessíveis como tabelas periódicas e outros materiais acessíveis. Eu acho que a parceria entre eu, o aluno de química, com a professora especialista que foi contratada pela universidade justamente para dar esse apoio, esse aparato humanístico e tecnológico foi um fator importante e primordial para que eu pudesse dar continuidade ao curso e por final concluir o curso na universidade. Com a presença dessa técnica houve melhorias nos espaços na questão da acessibilização dos espaços com placas em braille, o laboratório passou a ser acessível, com materiais em braille e o acompanhamento da mesma na hora das atividades (SANTANA; PEREIRA, 2019, p. 281-282).

Para atender essa nova realidade do ensino superior e as atividades direcionadas aos alunos com deficiência visual foi necessário dispor de um espaço adequado para o atendimento educacional especializado. Assim sendo, foi improvisada uma sala com pouca estrutura física, mas as condições pedagógicas foram surgindo mediante o início das atividades de produção de materiais adaptados e do suporte pedagógico aos professores durante a oferta das disciplinas dos cursos dos respectivos alunos. Houve um processo gradual de orientação didática e até mesmo convencimento dos professores sobre as

especificidades dos alunos, como alternativa de amenizar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos e ausência de formação docente.

Outro fator observado, a necessidade dos acadêmicos em receber materiais com as devidas adaptações em cada disciplina e conforme a ementa. Vale ressaltar, que cada conteúdo demandava formas diferenciadas de acessibilidade pedagógica, inclusive com tempo ampliado para produção dos materiais. E muitas vezes a disciplina foi finalizada e o material não foi entregue devido ausência de tempo hábil para produção conforme as necessidades específicas dos alunos. Isto é compreendido como situação limitante para formação acadêmica e a inclusão educacional.

Paralelo a esta situação, outra marca foi a transferência de responsabilidade dos professores da sala de aula para a técnica do atendimento especializado do NAES, que acabava por criar a segregação aos alunos com deficiência visual, o pano de fundo que tinha como justificativa era ausência de formação docente para atender os alunos, principalmente para o aluno cego.

Com a visão de perpetuar ações na perspectiva dos direitos humanos e da inclusão educacional um grupo de profissionais preocupados em garantir a permanência dos alunos com deficiência visual nos cursos de graduação tiveram a iniciativa em elaborar uma proposta com ações afirmativas na perspectiva inclusiva, que contou com a participação de professores, assessoria pedagógica, técnica de atendimento especializado e os alunos que faziam parte da mesma turma dos alunos com deficiência visual.

A experiência constituída pelo grupo possibilitou a criação do Núcleo de Educação Inclusiva, que foi denominado como um espaço de suporte pedagógico, de elaboração e adaptações de materiais em braille, ampliado e táteis como alternativa de auxílio as aulas e construção de aprendizagens. Também, foi idealizado como espaço que possibilitasse a realização de ações de maneira interdisciplinar e que envolvesse todos os cursos de graduação existente do Campus e a comunidade acadêmica.

Como conquistas alcançadas ocorreu a cedência de uma sala mais ampla e a execução de projetos de extensão e de pesquisa com a participação de bolsistas do Programa Assistência Estudantil e o recebimento de equipamentos

devido à implantação da Sala de Recurso Multifuncional, tipo II, por meio da parceria estabelecida com o Ministério da Educação. Também, houve uma preocupação com a condição social e econômica dos alunos com deficiência visual, os quais estavam enquadrados em perfil de vulnerabilidade social, de tal modo foi destinado apoio com a disponibilização de bolsas de incentivo acadêmico pelo programa assistência estudantil.

No ano de 2011 com a ampliação da oferta de cursos pelos Campus e a formalização da implantação dos cursos de biomedicina e medicina, houve a necessidade de reestruturação do projeto do núcleo, sendo entendido como uma forma de expansão das áreas de atuações e do conhecimento, da prestação de serviços e das linhas de pesquisa e extensão já existente. Assim sendo, ocorreu a redefinição do projeto de criação e passou para a denominação de Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde, sendo o primeiro e único criado em um Campus no interior do estado do Pará no âmbito da UEPA.

Destaca-se como desafio constante para a instituição as condições de permanência aos alunos com deficiência e ampliação das possibilidades de acesso, uma vez que não há cota de vagas para este público. Assim sendo, no ano de 2017, mediante o esforço coletivo das instâncias da UEPA, o comprometimento dos membros do NAES juntamente com a coordenação do Campus na defesa do direito das pessoas com deficiência e com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Marabá, Ministério Público Estadual em um movimento de luta conseguiram a implantação do primeiro curso de Letras Libras no interior do estado do Pará, com a realização de um processo seletivo especial e com oferta de quarenta vagas, sendo vinte para surdos e vinte para ouvintes.

O NAES desenvolve quatro linhas de atuação, a saber: o atendimento educacional especializado; a construção de metodologias alternativa e tecnológica para o ensino; os projetos de pesquisa no âmbito inclusivo; realizações de eventos acadêmicos e científicos na área de educação especial. Na primeira linha, o atendimento educacional especializado contempla os serviços de suporte pedagógico aos cursos de graduação que tem matrícula de

aluno com deficiência, que inicia com a elaboração de diagnóstico e a intervenção das necessidades dos acadêmicos e posterior com momentos de atividades complementares. E quando se faz necessário conta com o acompanhamento multidisciplinar na área da saúde com participação dos setores de atendimento médico e psicossocial constituídos no Campus. Em relação a acessibilidade física no Campus, o NAES tem contribuído a partir das análises das condições observadas ou denunciadas pelas pessoas com deficiência e requerido providencias da instituição, com isto já foram instalados corrimão, elevador, rampa, placas de sinalização e outros. Esta linha é permanente, mas as ações se modificam conforme a dinâmica da presença de alunos com deficiência nos cursos de graduação.

Também foi observado que nem sempre os momentos de estudos com os alunos são suficientes como complementação, pois demanda compreensão de assuntos interligados aos conteúdos da educação básica, os quais não tiveram acesso, que acaba em compreensão frágil e o estudo aligeirado e superficial, pois não há tempo suficiente para aprofundamento do conteúdo devido o cronograma e o término da disciplina. O processo de exclusão não é superado repentinamente, mesmo com a inserção em curso de ensino superior não resulta nessa superação, pois outros elementos notórios e sutis excludentes persistem nas instituições educacionais.

Para atender a nova dinâmica do Campus com a oferta do curso de Letras Libras, houve ampliação da primeira linha de atuação do NAES, que passou a oferecer o serviço de tradutores-intérpretes de Libras para o espaço da sala de aula e atendimento especializado no NAES.

A segunda linha de atuação do NAES, a construção de metodologia alternativa e tecnológica para o ensino, refere-se a criação de recursos inovadores e desafiadores para o processo de aprendizagem em contexto inclusivo, como: adaptação e produção de material em braille e ampliado, jogos pedagógicos, álbum e pôsteres de imagem em relevo tátil e tecnologia de mídias faladas. As produções desses materiais são de acordo com as necessidades detectadas, como também através da solicitação dos professores e dos alunos com deficiência. E em consequência das parcerias estabelecidas e das produções

foi criado o setor acessível na biblioteca do Campus. O diferencial desta linha de atuação é a prestação de serviços públicos para comunidade acadêmica e em geral, como exemplo, a permissão de empréstimo dos livros com o prazo de dez dias mediante o cadastro. Além disso, o atendimento aberto as pessoas com deficiência e familiares com demanda da educação básica e do ensino superior de outras instituições públicas.

Na terceira linha, os projetos de pesquisa e extensão no âmbito inclusivo. Os primeiros projetos estavam voltados para o ensino de química, biologia, educação ambiental e a construção de metodologias e tecnologias adaptadas. Tiveram como desdobramento diferentes Trabalhos de Conclusão de Curso, com o intuito de promover novas práticas inclusiva e propiciar o acesso à educação de modo igualitário às pessoas com deficiência. Os projetos desenvolvidos também receberam premiações, sendo em 1º e 2º lugar na categoria: profissionais e estudantes do ensino médio com a Tabela periódica adaptada e o Dicionário Biologia em Pontos.

Os projetos realizados contribuíram com o aperfeiçoamento das ações inclusivas trabalhadas pelas escolas públicas de educação básica. Sendo um elemento fundamental que constitui o NAES como um espaço de referência para os demais *campi* da Universidade do Estado do Pará.

É certo que o NAES nesse lastro de tempo tem não só possibilitado orientação pedagógica de estudantes e professores, mas investido na produção de materiais didáticos e recursos tecnológicos acessíveis voltados à inclusão educacional e social. Contudo, ainda não havia possibilitado uma inserção maior da universidade na educação básica da região para se discutir com os professores a educação inclusiva e especial e a promoção de direitos das pessoas em situação de deficiência (PEREIRA et al, 2019, p. 1307).

Nesse sentido, a realização de projetos de pesquisa e extensão tem alcançado o propósito de auxiliar o ensino na perspectiva inclusiva e voltados principalmente para a proposta de inclusão escolar da educação básica. Destaca-se o projeto de pesquisa “Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência”, que conta com a participação de professores e técnicos do Campus VIII, da UEPA e vinte professores das disciplinas de ciências naturais (química e biologia) e com a presença de alunos com deficiência nas salas de ensino comum de algumas escolas da cidade Marabá

e os professores do atendimento educacional especializado da cidade de Itupiranga.

Segundo Pereira et al (2019) o projeto tem o intuito de discutir sobre os desafios vivenciados pelos profissionais diante da ausência de infraestrutura adequada, equipamentos e materiais didáticos acessíveis, que são necessários à prática docente.

Foi então diante dessa realidade enfrentada por professores e por alunos com deficiência, o alto custo e a pouca acessibilidade aos recursos pedagógicos que alguns docentes e técnicos administrativos da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá, no sentido de dar continuidade ao trabalho do NAES, passou a desenvolver um trabalho junto um grupo de professores da educação básica da cidade de Marabá (ensino fundamental e médio), tanto no processo de formação, quanto na produção de materiais didáticos acessíveis por meio do Projeto de Pesquisa Saberes e práticas da formação docente: da avaliação da educação inclusiva à produção de materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência”. O referido projeto tem como objetivo analisar as práticas dos professores de ciências naturais, da educação básica da rede pública de Marabá, na perspectiva da educação inclusiva, e, ao mesmo tempo, contribuir na produção de materiais didáticos acessíveis na área de química e de biologia (PEREIRA et al, 2019, p. 1307-1308).

O projeto de pesquisa supracitado demonstrou resultados de enfrentamento das barreiras atitudinais e pedagógicas tanto para o Campus quanto para as escolas públicas. Sendo o primeiro projeto de pesquisa com a participação de servidores técnicos administrativos na condição de pesquisadores. Além disso, contou com a presença de professores da educação básica do município de Marabá e do atendimento educacional especializado do município de Itupiranga.

Na última e quarta linha, contempla as realizações de eventos acadêmicos e científicos na área de educação especial, os quais aconteceram na instituição ou demais locais que contribuem de maneira significativa para propiciar a comunidade acadêmica discussões para desmistificar as compreensões equivocadas e ampliar as experiências e reflexões sobre educação especial e inclusão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Campus VIII, da Universidade do estado do Pará, até o ano de 2019 teve o total de oito matrículas de alunos com deficiência, sendo dois com deficiência

visual, cinco surdos e um aluno com deficiência física. Essa realidade mostra o processo de distanciamento de acesso ao ensino superior para este público. Contudo, na medida que as pessoas com deficiência ingressam nos cursos de graduação as estruturas são modificadas e novas práticas experimentadas em prol da inclusão escolar, o exemplo disso, foi a criação do NAES como um espaço que faz parte do organograma do Campus devido à presença de alunos com deficiência e a iniciativa dos profissionais que lutam em prol dos direitos humanos. Vale ressaltar, que não há projeto da instituição para criação de núcleos ou espaços voltados para o atendimento dos alunos com deficiência nos demais *campi* do interior.

A luta pela inclusão no ensino superior público permanece de maneira justa e necessária, o simples ingresso em um curso de graduação e a presença do aluno com deficiência na sala de aula não propicia inclusão na instituição educacional. Mas, é a partir da convivência e da desmistificação de conceitos e atitudes que envolvem a segregação e exclusão que ocorrem avanços e efetivação de práticas inclusivas. Além disso, é necessário que permanentemente aconteçam iniciativas no ensino superior para repensar e avaliar as práticas formativas dos alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, sobretudo, nos cursos de licenciatura, uma vez que os futuros professores necessitam de vivências em contexto da inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal*. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. MEC. UNESCO (Espanha). *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre as necessidades educativas especiais*. Brasília, CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. MEC. CNE. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial*. Educação Básica, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação. Lei nº. 13.005*, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. *Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade*. Brasília, 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis; PEREIRA, Mírian Rosa; APINAGÉS, Marinalda Gomes. *Memória e educação inclusiva: a prática de um grupo de professores*

de ciências naturais que trabalham com alunos deficientes, cidade de Marabá (PA). *Brazilian Applied Science Review*, Curitiba, v.3, n. 2, p. 1304-1314, mar./abr. 2019. Disponível em: <

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/1357/1232>>

Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTANA, Daniel de Oliveira; PEREIRA, Mírian Rosa Pereira. Experiências de Educação Inclusiva na Universidade do estado do Pará, Campus VIII – Marabá. In: I Fórum de Educação Especial no Campo e III Encontro Amazônico de Educação Especial. Belém, 06 a 09 de junho de 2019. *Anais*. ISSN 23-18-7794, p. 274-285.

UEPA. Universidade do Estado do Pará. *Guia acadêmico*. 15 ed. Rev. Atual. 2010.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Institucionalização do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde*. Marabá, 2020, mimeo.